

IDEOLOGIA E PROJETO: O PATRIARCADO NA CIDADE

Ideology and project: the patriarchy in the city

Giovanna Augusto Merli^()*
*Maria Eliza Alves Guerra^(**)*

Resumo

Assumindo a leitura marxista da sociedade, em que as formas ideológicas se compõem a partir de uma realidade material existente a priori, entende-se ideologia como o conjunto de ideias que serve e representa a classe dominante. O presente artigo traz essa leitura à discussão de gênero nas cidades, expondo o patriarcado como o instrumento ideológico da classe dominante nas disputas de gênero. Dessa forma, é feita uma análise da mútua relação entre a estrutura territorial e a ideologia vigente, abordando a influência do patriarcado no acesso das mulheres ao espaço urbano. Ao final entende-se a necessidade da introdução de discussões e análises sob a perspectiva de gênero a fim de entender o lugar e os papéis da mulher na cidade, como mostrado nos exemplos analisados.

Palavras-chave: Patriarcado. Cidade. Ideologia. Relações de Gênero na Cidade. Gênero. Projeto urbano. Planejamento Urbano.

Abstract

Trough a Marxist view towards society, in witch ideologies are based in a pre existent material reality, there is a general consensus that ideology is a collection of ideas that serves and represents the dominant class. This article brings to light the discussion about the gender in the city, exposing the patriarchy as an ideological tool from the dominan class in the gender debate. In that exposure, the ir an analysis of the mutual relation between territorial structure and current ideology, approaching the patriarchy influence in the accessibility women are gave in the urban space. In the end, the need of the intriduction of the debate and analysis from the gender's perspective becomes very clear in order to understand the places and roles designated to women in the city, as showed in studied examples.

Keywords: Patriarchy. City. Ideology. Gender Relations in the City. Gender. Urban Design. Urban Planning.

INTRODUÇÃO

Segundo o físico e filósofo Mario Bunge (1996) ideologia pode ser definida como um conjunto de ideias, crenças, juízos de valores, normas morais, que intencionam mobilizar e organizar grupos de pessoas em torno de uma meta. Essa meta

^(*) Arquiteta e urbanista, atualmente mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUeD-UFU e professora do Centro Universitário do Cerrado em Patrocínio. E-mail: gmerli4@gmail.com

^(**) Professora Associada 1, pesquisadora e orientadora na Graduação e Mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia – FAUeD-UFU. Membro do corpo docente PPGAU-FAUeD-UFU. E-mail: melizaguerra@faued.ufu.br.

pode ser individual ou coletiva. Em geral, ainda segundo Bunge, ideologias representam setores específicos e seus interesses. Marilene Chauí (1990), simplifica o conceito, definindo ideologia como algo que tem a função de expressar o discurso da, ou das classes dominantes.

Analisando sob essa perspectiva as relações de disputa e dominação de gênero, o sistema patriarcal representa a ideologia da classe dominante. Como dominantes e vencedores dos conflitos, os homens estabelecem um conjunto de representações, tanto para si, quanto para as mulheres, determinando como devem se portar, em espaços públicos e privados. A ideologia patriarcal, assim, serve como um instrumento de tecnologia social com eficácia política de manutenção e legitimação de poder.(SAFFIOTI, 2015; GONZAGA 2004).

Sendo a cidade o lugar em que a ideologia se materializa, seus espaços podem, não só refletir conflitos de gênero, como também reafirmá-los e reproduzi-los. (GONZAGA, 2004).

O PATRIARCADO COMO UMA IDEOLOGIA DOMINANTE

Carole Pateman em 1993 conceitua o patriarcado como um contrato social que "cria direito político dos homens sobre as mulheres" e estabelece um acesso sistemático aos seus corpos. As diferenças sexuais entre homens e mulheres são, dessa forma, convertidas em diferenças políticas criando liberdade ou sujeição. A liberdade civil como atributo masculino e a sujeição da mulher. Em síntese o patriarcado é uma ideologia que expressa e concede poder político à classe dominante que serve, os homens.

As relações patriarcais, suas hierarquias e estruturas de poder contaminam tanto a sociedade civil quanto o Estado, perpassando pelas esferas pública e privada. Para tanto, a construção simbólica estabelecida se legitima através de estruturas de controle comportamental de massa, instituições como família, religião e imprensa.(SAFFIOTI, 2015).

Desde a Grécia antiga as cidades desenvolviam códigos de conduta para a mulher, pautados principalmente em seus deveres de esposa, aos homens era permitida a elaboração individual de seu "código de marido". Através dos tempos as sociedades vêm recriando esse padrão de transferir aos homens o poder de determinar o comportamento das mulheres.

A sociedade capitalista se apropriou e sofisticou esse método com a criação de novos códigos e instituições que visam a dominação da mulher. Nas sociedades contemporâneas fica a cargo do Estado o estabelecimento de tais normas de conduta, que, como ele, são impregnadas da ideologia patriarcal. Como exemplo, há um século atrás quando o direito ao voto era reservado à homens donos de propriedades. Ideologias modeladoras de comportamento, como a patriarcal, incidem sobre as cidades por meio de leis e normas, repercutindo na utilização do espaço construído da cidade. (GONZAGA, 2004 p. 20).

INFRAESTRUTURA, SUPERESTRUTURA E ESTRUTURA TERRITORIAL

Conforme a interpretação de Karl Marx (2008), a sociedade se divide em Infraestrutura, que concentra as transformações materiais, as condições econômicas de produção e força de trabalho. E Superestrutura, esferas jurídica, política, religiosa, filosófica, artística, formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência. Dessa maneira, "o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual."¹ As "formas ideológicas" se originam na Superestrutura a partir da realidade material presente na Infraestrutura. A consciência dos homens, seus valores morais e ideologias não determinam seu *ser*, e sim seu *ser social*, sua vivência das condições materiais, determina sua consciência.

À essas duas estruturas sociais Flávio Villaça (2001) adiciona o conceito da estrutura territorial. Formada pelo centro principal das cidades, subcentros de comércio e serviço, conjuntos de bairros residenciais e as áreas industriais. As três estruturas se articulam e se relacionam.

Ao relacionar os movimentos entre a estrutura territorial, a superestrutura e vice-versa, Villaça questiona o papel que as classes sociais desempenham na estruturação do território urbano, no sentido contrário, a influência da segregação espacial na dominação sociopolítica, e como acontece a dominação política pelo espaço urbano. (Villaça, 2001, p. 12).

Villaça (1995) apresenta o conceito do plano-discurso, uma concepção tecnocrática, carregada de ideologia que despolitiza as questões do planejamento e difunde o ideal de que as mazelas urbanas se reduzem a problemas de ordem técnica.

¹ Trecho retirado do prefácio do livro de Marx, Contribuição à crítica da economia política, edição de 2008, a edição original foi publicada em 1859.

Omitindo o papel das desigualdades e injustiças sociais na conformação das cidades, enaltecendo a "boa técnica" em detrimento de ações políticas.

O plano-discurso é um instrumento de ideologia urbana que serve à classe dominante, formado dada as condições materiais estabelecidas a priori, reforçando comportamentos, naturalizando processos e encobrindo as reais intenções do Estado e do Capital. (Villaça, 2001).

Ermínia Maricato (2007) reafirma os conceitos de Villaça e acusa o papel ideológico cumprido pelo plano-discurso em encobrir o "motor que comanda os investimentos urbanos". Define, assim, os modelos de planejamento como aparatos ideológicos de naturalização de um processo de dominação e segregação, que oculta a cidade real e produz um mercado imobiliário restrito e especulatório.

Os questionamentos de Villaça quanto a relação entre a esfera ideológica (superestrutura) e a estrutura territorial, nos conduzem à discussão das mesmas relações entre superestrutura e estrutura territorial voltada para as disputas de gênero. Qual o papel do patriarcado na estruturação do território? Qual papel o espaço urbano desempenha na dominação da mulher? Como a divisão sexual do trabalho se reflete na relação da mulher com o espaço urbano?

O PATRIARCADO NA CIDADE

"[...] a cidade reproduz uma divisão dada por natural. Existe um 'fora' e um 'dentro'. O fora da cidade é o espaço dos homens. Com o espaço de dentro, o lar, julga-se que as mulheres tenham segurança."
(ENGEU, 1974 apud: CALIÓ, 1992)

Ao estabelecer uma hierarquia entre homens e mulheres, o patriarcado cria papéis de gênero, definições socioculturais do que é apropriado para cada sexo, estabelecendo culturalmente responsabilidades, deveres e lugares para cada um. (MONTANER, MUXI, 2014, p 253).

Como resultado dessa distinção de papéis a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres a responsabilidade por tarefas de reprodução, como manutenção do lar e cuidado dos filhos e família. Essa condição as coloca em uma posição de maior sensibilidade à inadequações de infraestrutura urbana, impropriedade de moradia, falta de água, energia, saneamento. São também mais prejudicadas pela falta ou precariedade

de equipamentos públicos essenciais como creches, postos de saúde, escolas, lavanderias e restaurantes populares, pavimentação e adequação de passeios, iluminação pública, e áreas públicas de lazer e estar.

A divisão sexual do trabalho, imposta pela ideologia patriarcal, traz consequências à relação da mulher com o espaço público das cidades. As possibilidades de deslocamento são, por exemplo, limitadas em função de um carrinho de bebê. Os trajetos, ou até mesmo a escolha da moradia, são pensados em função dos equipamentos dispostos nas proximidades, como creche, escola, mercado. Sua relação com os espaços públicos é muitas vezes feita a partir da rotina de seus filhos, acompanhando-os em praças, quadras, parques.

Essa lógica mostra que o uso e ocupação dos espaços pelas mulheres passa majoritariamente pela necessidade de cumprir suas obrigações cotidianas, sem se apropriar, sem apreender os espaços das ruas, praças e calçadas como espaços de ocupação, permanência e exercício da cidadania. (GOUVEIA, 2006).

Outra distinção de papéis de gênero construída pelo patriarcado é a noção do lugar de cada um. Enquanto à mulher se reserva o espaço privado, o homem tem o público, a rua, como lugar de interação, socialização, política. Paula Santoro (2005) entende o espaço público como a expressão física da vida pública, portanto, quando restringida a participação da mulher ao espaço público, seu acesso a vida pública e política é dificultado. A inserção desigual das mulheres à espaços deliberativos diminui as possibilidades de que tenham garantida sua representatividade e decidam politicamente em seu próprio nome.

Conseqüentemente, com a maior participação das mulheres nos espaços de discussão, planejamento e projeto das cidades, serão criadas soluções que supram as demandas essenciais de todas, que dêem visibilidade às questões de gênero e tornem o espaço público mais efetivamente apropriados pelas mulheres.

As cidades, como produto das relações sociais e suas contradições, reproduzem espacialmente as divisões da sociedade na forma de segregação. (CALIÓ, 1992 apud: GONZAGA, 2004).

Como produto das relações de gênero, o patriarcado, é reproduzido na estruturação da cidade, afetando o tempo das mulheres, que cumprem os deveres de administradora do lar e dividem seu tempo entre emprego, afazeres domésticos, pagar contas, ir ao mercado. Tendo seu direito de cidadã, de usufruir o espaço urbano condicionado pelo seu papel social.

O patriarcado também se traduz em como os lugares públicos são identificados com os "tipos de mulheres" que a sociedade produz; ou ainda, como mulheres são vistas com desrespeito por estarem sozinhas em certos espaços, afastando-as da vida urbana por medo de julgamentos e violência física. (CALIÓ, 1992 apud: GONZAGA, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Taking care of the specific needs of house and family work or thinking of subjective feelings of insecurity does not mean strengthen traditional gender roles. Shaping adequate space for needs resulting from - necessary - house and family work is not determining who is doing the work - the share of labour between sexes can not be influenced by architecture - but the unpaid work has to be taken into account in the design process." (KAIL, 2012, p. 121)

Argan (2001) defende que todo projeto é carregado de intenções, não parte de, nem resulta em, algo neutro imune de valores e juízos.

Como acusam Villaça (2001) e Maricato (2011), os planos urbanos, via de regra, são um conjunto de representações ideológicas, representações essas que não refletem a cidade real, os conflitos de classe, as diversidades de gênero, cor, faixa etária, orientação sexual. Falta a aplicação de uma metodologia que permita a manifestação dos diversos interesses e dinâmicas presentes, garantindo que a cidade funcione democraticamente.

Assim, a introdução da variável "gênero" nas análises do espaço urbano são necessárias para entender o lugar de mulheres e homens nas cidades. Como e porque a vivência e a experiência urbana de cada um acontece a partir de lógicas de organização, temporais e espaciais, diferentes. Para que haja reconhecimento da existência das mulheres na cidade, se faz necessária a compreensão profunda das reflexões sobre as relações patriarcais e sua incorporação pelas teorias urbanas e políticas públicas. (CALIÓ, 1992).

No ano de 1991 duas experiências se iniciavam no campo do planejamento urbano sob a perspectiva de gênero. No Brasil, durante o desenvolvimento do Plano Diretor de Santo André (SP) pela primeira vez no país o movimento das mulheres passa a discutir gestão e reordenação democrática do espaço urbano. Como resultado o Plano Municipal dos Direitos da Mulher (PMDM), plano setorial que foi incluso ao plano diretor, entende a luta pelos direitos das mulheres como uma luta pela efetivação do direito à

cidadania. Suas bases compreendem o estabelecimento de políticas públicas voltadas especificamente às mulheres e a garantia de representatividade.

O PMDM, entre suas medidas inclui avanços em direção ao combate a discriminação e a desigualdade de gênero com o incentivo de medidas socioeducativas. A participação do poder público na socialização das responsabilidades domésticas, criando equipamentos sociais de apoio como creches, postos de saúde, lavanderias e cozinhas coletivas e programas de escola em período integral. Implanta medidas que assegurem a participação das mulheres na elaboração e gestão de programas e equipamentos públicos e cria um banco de dados específicos para inventariar a situação das mulheres na cidade de Santo André. (GONZAGA, 2004)

Nesse mesmo ano, em Viena na Áustria, a prefeitura cria o "Women's Office" gabinete de coordenação de planejamento e construção de equipamentos, voltado às demandas específicas da rotina das mulheres. Esse gabinete responde ao gabinete do diretor executivo de planejamento da cidade, trazendo à cidade de Viena um quadro de funcionários vinculados a mais alta esfera da administração municipal, dedicados a avaliar, debater e deliberar questões de gênero no planejamento da cidade. O gabinete trabalhou focado em tornar o planejamento sob perspectiva de gênero como o principal método de discussão dos temas como habitação, áreas públicas, tráfego e mobilidade, segurança pública, desenvolvimento urbano e projeto de edifícios públicos.

As estratégias do gabinete eram, a pesquisa de campo para entender as especificidades das necessidades das mulheres e definir critérios de trabalho; a aprovação popular das propostas; o desenvolvimento de planos piloto em escalas menores; o desenvolvimento de recomendações de planejamento mais amplas; a aprovação dos projetos a serem implantados por banca qualificada. O gabinete trabalhava com o comprometimento político para que a pauta da igualdade de gênero se tornasse prioritária dentro do planejamento da cidade, tornando as questões de gênero tópico diário e habitual nas questões urbanas.² (KAIL, 2012)

Em 2004 a Catalunha, comunidade autônoma da Espanha, aprovou a lei 2/2004, que insere a variável e a perspectiva de gênero no planejamento urbano. Essa lei

²Em 2009 Brigitte Jilka se torna a primeira secretaria de planejamento urbano e extingue o Women's Office em um reestruturação, seu corpo de funcionárias é integrado à subsecretarias de planejamento urbano, construção e projetos urbanos. Esses 18 anos de trabalho do "Gabinete das mulheres" trouxeram a cidade de Viena a um estágio de consciência de gênero em que não há mais a necessidade de se criar mecanismos de representatividade para as mulheres, uma vez que a perspectiva de gênero se tornou o principal metodologia de planejamento.

incentiva financeiramente o desenvolvimento de áreas urbanas e bairros que incorpore a igualdade de gênero como partido de seus projetos. Como a experiência austríaca, aqui foi criado um instituto de mulheres, o InstitutCatalá de lesDones, que respondendo diretamente ao gabinete do presidente catalão, garante que as questões de gênero alcancem todas as políticas públicas que eram propostas.

A legislação catalã passa a reconhecer a mulher como parte essencial constituinte da sociedade, e, como tal, necessita ser reconhecida como sujeito no planejamento das cidades. A variável "gênero" se torna aqui uma ferramenta de análise, as intervenções feitas nos campos das atividades sócioeducacionais para conscientização; meios de facilitar o desenvolvimento das atividades das mulheres e medidas de segurança pública. (CICOLETTO; MUXÍ, 2009).

Segundo a análise que Argan (2001) faz da intenção do projeto, se projeta contra alguém ou alguma coisa. Dessa forma, é preciso desenvolver o projeto urbano contra a pressão da ideologia patriarcal de tornar as cidades desiguais e as mulheres subjugadas, a força do projeto é o impulso para a mudança, contra o conservadorismo e a inércia;" [...] planejando não se planeja a vitória mas o comportamento que nos propomos a manter na luta."(ARGAN, 2001, p.53).

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. São Paulo: Ática, 2001.
- BUNGE, Mario. *Buscar la filosofía en las ciencias sociales*. México DF: SigloVeinteuno Editores, 1996.
- CHAUÍ, Marilene. *O que é ideologia*, coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CICOLETTO, Adriana; MUXÍ, Zaida. *Catalonian Neighbourhood development law: the gender perspective as a planning tool* s/l. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/6728?locale-attribute=en>, 2009.
- ENGELS, Frederick. *A origem da família, da propriedade privada edo Estado*. São Paulo: Scala, 1996.
- GONZAGA, Terezinha de Oliveira. *A cidade e arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero*. Tese de doutorado apresentada na FAU-USP. São Paulo, 2004.
- GOUVEIA, Taciana. *Mulheres: sujeito ocultos das/nas cidades?* s/l. s/data. Retirado do site Fórum Nacional de Reforma Urbana http://forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=1057 em setembro de 2015.

KAIL, Eva. Fair shared city: gender mainstreaming planning strategy in Vienna. *In: Estudos urbanos, género y feminismo - teorías y experiencias*. Blanca Gutiérrez Valdivia y Adriana Ciocoletto. Barcelona: Col-lectiuPunt 6, 2012.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Otília Arantes, Carlos Veiner, Ermínia Maricato. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SAFFIOTI, Heleith. *Gênero Patriarcado Violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TAVARES, Rossana Brandão. Forma urbana e relações de gênero. *In: GOUVEIA, Taciana. Ser, fazer e acontecer - mulheres e o direito à cidade*. Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2008.

VILLAÇA, Flávio. A crise do planejamento urbano. *In: São Paulo em perspectiva*. 9(2) ed. São Paulo: Fundação Seade, 1995.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel : FAPESP : Lincoln Institute, 2001.

(Recebido em junho de 2017; aceito em agosto de 2017)